

# Professores e funcionários da rede pública discutem concepção de escola

por Maria Hirszman  
de São Paulo

Os professores e funcionários que estão reunidos nesta semana no Palácio das Convenções do Anhembi apresentaram teses sobre educação que são em sua maioria contra a modificação dos atuais 180 dias letivos ao ano para 200 dias e a privatização do 3º grau. Reivindicam a utilização das verbas do Estado somente para as escolas públicas e querem uma democratização do ensino a partir de uma diminuição do controle burocrático centralizado.

Para avaliar a posição dos seus filiados e fixar uma linha de atuação em relação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em tramitação no Congresso Nacional e que será votada ainda neste ano, a Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) e o Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação (Afuse) organizaram um Congresso Estadual de Educação. O tema é "Concepção de Escola: A escola que queremos", os pontos escolhidos para debate foram: dever do Estado, sistema nacional de educação, democratização do ensino, plano de carreira e formação dos profissionais de educação, ensino médio, calendário escolar, ensino noturno, currículo escolar e verbas para a educação. A estratégia a ser adotada será conhecida na sexta-feira quando todos os pontos dis-

cutidos serão submetidos à votação.

O presidente da APEOESP, João Antonio Felício, afirmou que a LDB proposta pode garantir algumas melhorias como uma melhor definição do papel da escola e a garantia de um piso salarial para os profissionais do ensino, que ainda não está definido. A reivindicação da categoria é um salário mínimo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) para 20 horas de trabalho semanal que era, no mês de fevereiro, Cr\$ 99.000,00. Hoje o salário pago pelo Estado de São Paulo é de Cr\$ 33.819,00 e está sem reajuste a cinco meses.

Um dos pontos da LDB que está enfrentando uma forte oposição é o aumento de 20 dias no calendário escolar. "Tenho dúvidas se as escolas do Estado conseguem cumprir os 180 dias devido à estrutura existente", afirmou Felício. Em maio do ano passado havia 400 escolas com o corpo docente incompleto e em 30% das escolas do Estado de São Paulo as crianças ficam menos de 4 horas dentro da escola, ilustrou. Para Felício, a proposta de ampliação do calendário é demagógica e não ataca o problema. "Para acabar com a fome não adianta aumentar o prato", explicou Felício, citando o educador Paulo Freire.

O presidente da APEOESP acredita que para resolver o quadro atual da educação pública é necessário realizar uma política de melhorias da infra-estrutura da escola, melhorar as condições de vida dos funcionários e dos professores, limitar a três o número de períodos diários por escola e atualizar constantemente os professores, que muitas vezes não têm nenhuma oportunidade de reciclar seus conhecimentos.

**DEMISSÃO** — Os 330 funcionários demitidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — começaram a voltar ontem ao trabalho, sob liminar concedida pela juíza Salete Macaloz, da 7º Vara de Justiça, até que seja julgado o mérito da ação principal impetrada no final do ano passado, informou a Agência Brasil.